

ANALISANDO O PARECER Nº 924/2024 E A RESOLUÇÃO Nº 514/2024 DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE) DO CEARÁ COMO DISPOSITIVOS PARA MELHORAR A CONVIVÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Iohana Pontes Aguiar¹, Fagner Victor Moraes Barros², Vanessa Hévellin
Gomes de Sousa³, Bárbara Abreu dos Santos⁴, Cleiane Ferreira Costa⁵, Betânea
Moreira de Moraes⁶

¹Estudante do Curso de Direito – UVA, Sobral/CE, E-mail: iohanapontespub@gmail.com

²Estudante do Curso de Administração – UVA, Sobral/CE, E-mail: fagnervictormoraes@gmail.com

³⁴Estudante do Curso de Licenciatura em Biologia – UVA, Sobral/CE, E-mail: vanessahevellyn7@gmail.com

⁴Estudante do Curso de Ciências Sociais – UVA, Sobral/CE, E-mail: barbaraabreu728@gmail.com

⁵Estudante do Curso de Licenciatura em Química – UVA, Sobral/CE, E-mail: cleianef8@gmail.com

⁶Orientadora do Projeto de Extensão, E-mail: betaneamoraes@gmail.br

O parecer e a resolução têm como objetivo fortalecer a tríade direitos humanos, cultura de paz e justiça restaurativa no ambiente institucional de educação. Os documentos surgem diante do aumento da violência, da pobreza e da vulnerabilidade social, buscando promover uma sociedade mais justa, solidária e pacífica. Esse trabalho em questão tem como objetivo apresentar e analisar o Parecer nº 924/2024 e a Resolução nº 514/2024 do CEE/CE, com o propósito de democratizar o conhecimento sobre as políticas educacionais voltadas à promoção da Cultura de Paz, ao fortalecimento dos Direitos Humanos e à implementação da Justiça Restaurativa nas instituições de ensino. Busca-se evidenciar a importância da educação como ferramenta de transformação social, incentivando o protagonismo dos discentes e dos docentes, bem como a empatia e o respeito às diversidades. A pesquisa é de natureza qualitativa, portanto busca compreender e interpretar o conteúdo do Parecer nº 924/2024 e da Resolução nº 514/2024 do Conselho Estadual de Educação do Ceará, analisando os significados e implicações sociais, éticas e educacionais das diretrizes propostas. O procedimento utilizado nesse resumo é o teórico-bibliográfico, tendo em vista que foram utilizados artigos nas plataformas do Governo do Estado do Ceará, como o site do Conselho Estadual de Educação – CEE, para pesquisar, analisar, selecionar e interpretar dados. Os documentos consideram a urgência da temática devido às dificuldades e às circunstâncias de violência e vulnerabilidade presentes no cotidiano educacional e na sociedade polarizada, a qual sofre cada vez mais com a agressividade sistematizada e inserida dentro do contexto educacional, em escolas de ensino infantil até às universidades. A documentação estudada afirma que são três os fundamentos essenciais para combater a violência no ambiente educacional: os direitos humanos, pois garantem a dignidade, a igualdade e o respeito a todas as pessoas; a cultura de paz, entendida como uma oposição à violência e como um incentivo ao diálogo, ao respeito e à solidariedade, desde que postulada, em 2000, na UNESCO; justiça restaurativa, porque propõe a reparação dos danos e o fortalecimento do senso de comunidade, substituindo a punição pela restauração das relações e pela responsabilização consciente. As diretrizes educacionais orientam que a cultura de paz seja inserida de forma transversal e interdisciplinar nos currículos escolares, devendo serem priorizadas técnicas de Comunicação Não Violenta (CNV), mediação de conflitos, círculos de construção de paz, formação socioemocional de estudantes, de professores e de funcionários da instituição. A proposta está alinhada às competências socioemocionais da BNCC, como empatia, autogestão e cooperação, e aos quatro



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

pilares da UNESCO: aprender a ser, conhecer, fazer e conviver. Conclui-se, então, que o fortalecimento da tríade humanizadora é indispensável para a construção de ambientes educacionais inclusivos e democráticos. A educação para a paz forma cidadãos conscientes, empáticos e comprometidos com a realidade em que a sociedade está inserida.

Palavras-chave: Educação. Cultura de Paz. Direitos Humanos. Justiça Restaurativa. Convivência Escolar.